VIA MUNDI

ISSN 1518-1227 Nos 7-8 JANEIRO-JUNHO – 2002

BOLETIM DE ANÁLISE DO ESTADO DA ARTE EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS

SUMÁRIO

Carta do Editor

Via Mundi oferta aos seus leitores, em seu sétimo número, quadro múltiplo de estudos ligados à história e política internacional. Após duas décadas da primeira edição, a Universidade de Brasília, em parceria com a Fundação Alexandre de Gusmão do Ministério das Relações Exteriores, republica *Vinte anos de crise*, do historiador britânico Edward Carr, que trata do período entre as duas guerras mundiais por meio de uma análise teórica refinada.

No campo da história, há a resenha sobre *Os historiadores do Brasil*, obra póstuma, de Francisco Iglésias, da Universidade Federal de Minas Gerais, que, de forma elegante e desenvolta, traça panorama sintético da produção historiográfica brasílica desde a Colônia. Obra de referência para estudiosos de política exterior do país e de sua história de modo amplo. Relativa à obra de Luiz Felipe de Alencastro, *O trato dos viventes*, que, por meio do Brasil-Colônia, faz um estudo da situação do Atlântico sul no século XVII. Alencastro é atualmente professor titular da Universidade de Paris-Sorbonne.

Da América Latina contemporânea, *Misión argentina en Chile*, que se liga ao período que precede o golpe de Estado que alija o Presidente eleito Salvador Allende, com a subida ao poder do General Pinochet, que se tornaria mais um dos ditadores que assolariam a América do Sul durante a Guerra Fria. Há, como indica o título, a visão argentina dos acontecimentos que antecedem o golpe.

Sobre os Estados Unidos, o livro de Joseph Nye Jr, *The Paradox of American Power: why the world's only superpower can't go it alone*, que reflete sobre os dilemas que acometem a superpotência no tocante à influência que exerce e deve exercer futuramente no mundo, ante a possibilidade do surgimento de rivais como a União Européia e a China. Ainda com vistas a esse país, *Vagão descarrilhado*, de Reinaldo Gonçalves, titular da Universidade Federal do Rio de Janeiro, com abordagem econômica relativa ao capitalismo, tendo por marco naturalmente mais importante a América do Norte, cujo ritmo de crescimento exerce influência inevitável sobre as demais nações do mundo. Na obra, esses impactos são avaliados mais especificamente no Brasil.

Com visões também globais, há *O longo século XX*, de Giovanni Arrighi, de influência braudeliana, que faz um histórico do capitalismo desde o século XIV, na península itálica. A obra foi premiada com o *Distinguished Scholarship*, da Associação Norte-Americana de Sociologia, em 1995. Igualmente influenciado pelo pensamento braudeliano, porém de modo mais sintético, José Luís Fiori, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, com *60 lições dos 90*, em que analisa temas atuais com clarividência e didática.

*Vinte anos de crise: 1919-1939. Uma introdução ao estudo das relações internacionais**

Luís Antônio Gusmão**

A presente obra representa o marco fundamental para a constituição do campo de estudo das relações internacionais como ciência. Coincidentemente, é após exatos vinte anos que a obra ganha sua segunda edição, admiravelmente prefaciada pelo professor Eiiti Sato, do Departamento de Relações Internacionais da Universidade de Brasília.

Mais do que louvar esse esplêndido livro, cabe aproveitar o ensejo para destacar não apenas a sua importância para o avanço desse campo tão recente do conhecimento, mas também buscar aferir os conceitos de crise, poder e moral empregados por Carr na interpretação da realidade conturbada em que vivia.

Formado em estudos clássicos pela Universidade de Cambridge, o autor, quando se dispôs a escrever o livro que viria a ser sua obra-prima, já interrompera sua carreira acadêmica para integrar o corpo diplomático britânico, em 1916, chegando a participar da Conferência de Paz de Versalhes, em 1918. Ao retomar a carreira acadêmica em 1936, como professor de política internacional da Universidade de Aberystwyth, em Gales, ele acompanharia de perto, durante as décadas de 1920 e 1930, a conformação de forças antagônicas que levariam à II Guerra Mundial[1] .

Em prefácio à segunda edição de 1945, Carr deixa claro o seu intuito de "(...) contra-atacar o defeito flagrante e perigoso de todo o pensamento, tanto acadêmico quanto popular sobre política internacional [...] o quase total esquecimento do poder", p.62. Dessa forma, procura "analisar as causas subjacentes e significativas" (p.xxxviii) da II Guerra Mundial, ponto culminante da crise que incidiu no sistema internacional.

Demonstrando uma capacidade de reflexão exemplar por sua clareza e densidade, ele desenvolve sua obra apreciando criticamente as forças e as fraquezas dos pensamentos utópico e realista. Combinando essas posturas a partir do que teriam de construtivo, propõe uma visão pessoal das relações internacionais contemporâneas. Ao mesmo tempo, revela aos construtores da Paz vindoura, para os quais dedica o livro, novos campos de atuação na política internacional.

Por isso mesmo, elabora uma crítica sólida àquelas escolas de pensamento dominantes à época, mas cujas percepções (pelas quais se orientavam estadistas, políticos e decisores) não correspondiam à realidade. Não se pode deixar de perceber durante a leitura que, por trás das críticas aos reducionismos simplificadores dos pensamentos utópico e realista, há um homem intensamente preocupado em entender, explicar e superar o momento pertubador por que passava a Europa.

A política, para ele, compunha-se de dois elementos interligados: o poder e a moral[2] . Em relação à dicotomia utopia-realidade, identifica-a em diversos aspectos da condição humana: na oposição entre o livre-arbítrio (substituição da realidade pela utopia por meio da vontade) e o determinismo (impossibilidade de alterar o curso natural das coisas); entre a teoria e a prática; o intelectual e o burocrata; a esquerda radical e a direita conservadora e, finalmente, entre a ética e a política. Todas essas antinomias são reproduções daqueles "(...) dois métodos de abordagem – a tendência a ignorar o que foi e o que é, e a tendência a deduzir o que deveria ser partindo do que foi e do que é – [que] determinam atitudes opostas com relação a todo problema político", p.17. Antinomias que se tornam claras quando o autor procede ao estudo da crise.

* Resenha de CARR, Edward Hallet. *Vinte anos de crise: 1919-1939. Uma introdução ao estudo das relações internacionais*. 2ªed. Brasília: Universidade de Brasília, Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais; São Paulo : Imprensa Oficial do Estado, 2001, 305p. ISBN:85 230 0635 4.

** Luís Antônio Gusmão é bacharelando em Relações Internacionais pela Universidade de Brasília – UnB.

[1] Como afirma o próprio autor, o livro é " (...) um estudo do período entre as duas guerras, escrito quando esse período já chegava a seu fim, e deve ser considerado, em seus méritos, como tal", p.lxii.

[2] Utopia e realidade são, portanto, as duas facetas da ciência política. Pensamento político e vida política sensatos serão encontrados onde ambos tiverem seu lugar, p.15.

Na segunda parte de sua obra, a análise a que se propõe fundamenta-se no período anterior à escalada do conflito: a crise de que fala lembra a definição de Gramsci para quem elas (as crises) seriam aqueles momentos em que o velho já morreu, mas o novo ainda não nasceu. Tal definição ilustra bem a idéia de decadência da época de ouro do liberalismo (o século XIX), da conseqüente e inexorável evolução para a violência, da desordem nas relações internacionais e da busca atordoada por uma solução.

Já após 1919, a utopia racionalista não podia mais sustentar seus fundamentos da harmonia internacional de interesses, da revelação do bem comum por meio da razão, da prevalência e acerto da opinião pública nas questões políticas. Os ideais racionalistas, cujos propósitos de construir uma ordem mundial pacífica levaram à constituição da primeira organização de âmbito mundial – a Liga das Nações –, entraram em colapso a partir da década de 1930[3] .

Tampouco o ajuste ao pensamento objetivo que propunha a crítica realista bastaria, por si só, para "erigir uma estrutura mais sólida." no lugar do utopismo. A crise do período entre-guerras foi a impossibilidade de resolver pacificamente conflitos de interesse e questões entre as potências satisfeitas e aquelas desejosas de maior poder. O desgaste de relações a que levaram a "queda súbita das esperanças visionárias" e a conformidade estéril do realismo resultaram na II Guerra Mundial.

Logo após a I Guerra, tentou-se basear a resolução dos conflitos entre países na moralização das relações internacionais. Ignorou-se o componente da força na política e criou-se a Liga das Nações, uma corte judiciária que deveria resolver consensualmente todos os litígios. Foi uma tentativa fracassada e que serviu ao propósito de mascarar os interesses reais de manutenção do *status quo*.

Talvez aqui esteja a característica principal dessa crise: tratou-se de um acontecimento interno ao sistema e ao qual a resposta dada foi limitada e insuficiente. O motivo para tal inadequação está no desempenho dos atores políticos e membros do sistema. Carr aponta o nacionalismo como ou condicionante principal das relações internacionais do entre-guerras.

A transposição dessa ideologia para o campo internacional levou consigo "o conflito entre os privilegiados e os não-privilegiados" pelo sistema. Isso trouxe a demanda pela harmonia ou igualdade dentre as nações e a adoção de medidas consensuais e, por isso, superficiais devido à generalidade a abstracionismo das soluções propostas.

Com isso, chega-se ao cerne da obra, em que Carr passa à análise da natureza da política. Aqui, poder e moral desempenham funções precípuas na política internacional.

Relacionada à estrutura daquela ordem internacional proveniente do séc. XIX, a crise incide no sistema internacional, em equilíbrio instável, resultante da I Guerra, perturbando-o por meio disputas de poder entre as potências. Carr resgata esse componente – o poder – para o centro do estudo da política internacional e embora considere que não ser possível "(...) definir a política exclusivamente em termos de poder" afirma que "(...) é seguro dizer-se que o poder é sempre um elemento essencial da política", p.135.

Para adquirir maior poder ou para conservá-lo, as potências baseariam suas ações em meios militar, econômico e de controle sobre a opinião, instrumentos indissociáveis ou interdependentes, uma vez que o poder não é fragmentado. Tendo, portanto, que enfrentar questões que implicavam a supremacia militar, a auto-suficiência (autarcia) e a preponderância econômica extraterritorial, o já combalido sistema internacional não conseguiu se sustentar.

A solução definitiva para a crise seria criar uma ordem mundial baseada fundamental, mas não exclusivamente, em "alguma hegemonia de poder". O fulcro da construção pacífica dessa nova ordem seria um meio termo arranjado entre moral (valores e ideais comuns aos países) e o poder (possibilidade efetiva de uso da força).

A natureza da moral internacional está intrinsecamente relacionada à personificação do Estado, ou seja, de uma abstração, criada com o advento dos Estados modernos, para que estabelecessem direitos e obrigações entre si, regulando as relações.

Entretanto, há um dilema fundamental em relação ao

[3] "Os fundamentos das crenças do século XIX" afirma o autor "estão, eles próprios, sob suspeição. Pode bem ser verdade, não que os homens tolamente ou mesquinhamente deixaram de aplicar os princípios corretos, mas que os próprios princípios fossem falsos ou inaplicáveis. Pode bem não ser verdade que, se os homens raciocinarem corretamente sobre política internacional, também agirão corretamente; ou que o raciocínio correto sobre interesses próprios, ou de uma nação, seja o caminho para o paraíso internacional ", p.55

atendimento aos vínculos morais entre Estados. Se, por um lado, há "um sentimento de obrigação para com a comunidade internacional ou a humanidade como um todo", por outro, coloca o autor, há "uma relutância quase igualmente universal em admitir que , nesta comunidade internacional, o bem da parte (ou seja, do nosso próprio país) possa ser menos importante que o bem do todo",p. 214. A mudança pacífica e a construção de uma ordem internacional não significariam apenas que aquelas potências mais beneficiadas pela nova ordem deveriam buscar atender razoavelmente às demandas dos demais membros do sistema.

Uma vez que o papel do poder, no sistema internacional, é preponderante, mas não exclusivo, uma:

" (...) ordem moral internacional deve repousar sobre alguma hegemonia de poder. Mas esta hegemonia (...) é por si própria um desafio aos que dela não compartilham e, para sobreviver, há de conter um elemento de reciprocidade, de auto-sacrifício da parte dos que possuem, o que a tornará tolerável aos outros membros da comunidade mundial.", p. 216

Esta é a argumentação do autor, ao destacar sempre a concepção da política como sutil conjugação de poder e moral, ciente de que o modo como um sistema enfrenta os desafios e questionamentos de uma crise de tamanha magnitude estaria condicionada pela capacidade política em resolvê-la.

A última parte da obra trata dos fundamentos do direito internacional, da inviolabilidade dos tratados e da resolução jurídica de conflitos. Estes seriam recursos imprescindíveis ao bom desempenho do "processo de dar e receber aplicado aos desafios à ordem existente."

Como toda crise é um momento de ruptura brusca no funcionamento de qualquer sistema, Carr procura vislumbrar algumas perspectivas da ordem mundial a se construir. E, ao expor algumas reflexões sobre a continuidade do Estado-nação como unidade relevante nessa nova ordem, é categórico ao negar o arranjo de "alguma outra forma de poder", embora possa vir a ser substituído por outra "unidade territorial de poder", para o que se percebia como horizonte próximo.

Quanto a essa última questão, não deixa de assinalar "uma tendência claramente marcada para a formação de unidades políticas e econômicas" mais amplas, em decorrência do "crescimento do capitalismo em larga escala (...), o aperfeiçoamento dos meios de comunicação e dos instrumentos técnicos do poder". Como a liderança (ou, como chama, "autoridade efetiva") dessas unidades grupais caberia a um país central, o conceito formal de soberania sofreria uma abstração crescente.

Aponta ainda os Estados Unidos, potência emergente desde a I Guerra, como o líder consolidador do novo ordenamento mundial. Salientando que, possivelmente, "a pax americana, imposta a uma Europa dividida e enfraquecida, seria uma eventualidade de realização mais fácil que a pax anglo-americana."

Enfim, com esta obra, iniciam-se os primeiros passos ao desenvolvimento das relações internacionais, a partir "dos fundamentos que tem relação com a prática", acolhendo-a (a prática) "como o selo que imprime e determina a contrapartida contemplativa", como diz Bacon, tão apropriadamente escolhido como a epígrafe da obra.

O REL-UnB

Os estudos na área de relações internacionais e política exterior do Brasil fazem parte de uma das mais fortes tradições da Universidade de Brasília - UnB. A vizinhança dos centros decisórios de poder nacional (Poder Executivo, Congresso Nacional, Tribunais Superiores) e a presença do corpo diplomático acreditado junto ao governo brasileiro, permitem uma projeção privilegiada para a reflexão especializada feita na UnB – tanto que o seu Departamento de Relações Internacionais é o mais antigo e mais importante centro especializado do Brasil e um dos mais tradicionais da América Latina. Fundado em 1974, o REL mantém um Bacharelado e um programa de pós-graduação em Relações Internacionais (especialização e mestrado), que já formaram mais de mil profissionais, em sua maior parte atuando junto às agências do Governo Federal, no Ministério das Relações Exteriores, em organizações internacionais, empresas públicas e privadas e organizações não-governamentais brasileiras e estrangeiras.

Para conhecer as atividades e detalhes dos programas de capacitação e de pesquisa do Departamento de Relações Internacionais da Universidade de Brasília, visite a sua homepage em http://www.unb.br/ipr/rel

*Os historiadores do Brasil. Capítulos de historiografia brasileira**

Virgílio Caixeta Arraes**

Obras de síntese, normalmente, são produzidas por autores, que se consideram, ou são considerados por seus pares, experientes o suficiente para propor uma análise crítica que vá além do mero arrolamento de fontes, obras e autores. Além de trabalhosa, requer acuidade, dado que deve existir um equilíbrio em sua composição, de forma que determinados tópicos não figurem como meros apêndices. Muitos historiadores são tentados, no desenrolar de suas carreiras, a esboçar uma síntese histórica do Brasil ou uma síntese plena da historiografia nacional. Com o aumento da especialização acadêmica, apesar da interdisciplinaridade, obras com esse cariz terminam por ser de autoria coletiva, sob coordenação de um profissional respeitado, que proporciona o encadeamento na medida do possível. Trabalhos desse tipo são extremamente relevantes, porquanto auxiliam sobremaneira o pesquisador, o professor e o estudante a incursionarem com mais segurança, como se fosse um mapa que indicasse áreas ou autores anteriormente pouco estudados ou já esquecidos.

No entanto, alguns ainda tenta(ra)m individualmente a composição de livros com essa temática. É o caso da presente obra, que surgiu póstuma, de notas e textos escritos em períodos distintos ao longo dos anos 80 e 90, que foram então coligidos pela sua família, e organizados por profissionais da UFMG e do IPEA, de forma que se configura como uma homenagem *post mortem* ao seu autor, o historiador Francisco Iglésias (1923-99), professor da Faculdade de Economia da UFMG, que se dedicou, principalmente, aos estudos historiográficos e das idéias.

Sua periodização basear-se-á em 3 momentos: de 1500 a 1838, em face da criação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro – IHGB –, que teria papel importante na intelectualidade brasileira; até 1931, quando se pesquisaram, sob influência do Instituto, as fontes da história da América lusa, que possibilitariam o aparecimento de títulos importantes da historiografia; até o final do século XX, tendo por marco balizador a reforma educacional instituída por Francisco Campos, com a criação dos cursos de história no seio das faculdades de filosofia ou de economia. O autor considera significante tal fato porque permite ultrapassar as fronteiras do beletrismo ou lazer intelectual nos estudos históricos.

Para o autor, a tarefa de inventariar e expressar o valor dos intelectuais que se dedicaram às atividades históricas é similar ao estudo orográfico, parafraseando Ortega y Gasset, ou seja, os estudos não são feitos apenas sobre os pináculos, mas sobre toda montanha, sem descrição exaustiva naturalmente. O importante para o estudioso da história da política exterior do Brasil, principalmente, e das relações internacionais no livro é a abordagem feita pelo autor de diplomatas que se dedicaram ao estudo de temas pátrios ou internacionais e dos acadêmicos que se debruçaram sobre temas de política e economia internacional.

Do período colonial até a década de 1860, houve obras importantes, mas com pouca visão de conjunto, sendo de estrangeiros as melhores e/ou mais completas visões, à exceção de Varnhagen, de quem se falará mais adiante: Southey (1774-1843), inglês, e Handelmann (1827-91) e von Martius (1794-1868), alemães. Com a criação do IHGB, em 1838, que seguiria uma tendência nativista, haveria o estímulo para a pesquisa e a busca de documentação até no exterior, visando a construção de uma história naturalmente educativa e patriótica. Inspirado pelo Institut Historique de Paris, editar-se-ia uma publicação, a Revista do IHGB, a partir de 1839, que privilegiaria a publicação de

* Resenha de IGLÉSIAS, Francisco. *Os historiadores do Brasil. Capítulos de historiografia brasileira*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; Belo Horizonte: UFMG, 2000. 251p. ISBN: 85 209 1056 4.

** Professor do Departamento de Relações Internacionais da Universidade de Brasília – UnB – e doutorando em História das Relações Internacionais do Departamento de História da mesma instituição.

documentos históricos a ensaios interpretativos.

Seria o Visconde Porto Seguro, Francisco Adolfo de Varnhagen (1816-78), diplomata nascido no Brasil ainda colônia, de ascendência luso-germana, o pioneiro na busca de uma história de síntese do país, a partir da década de 1850, amparada por farta documentação. Para Iglésias, talvez tenha sido ele o maior erudito no campo historiográfico, p.74. Falto de teoria, sua abordagem é predominantemente política, de tom conservador, mas tem valor histórico inestimável, em função exatamente do conjunto. Chegou a esboçar uma *História da independência do Brasil*, cujos originais passariam, após sua morte, ao jovem Silva Paranhos Júnior, mais tarde Barão do Rio Branco, que, junto com Eduardo Prado, começou a revisá-lo, mas sem terminar também. A Revista do IHGB publicaria o livro em 1916, após passá-lo por uma comissão do próprio Instituto.

O Barão do Rio Branco (1845-1912), filho de estadista proeminente do Império, faria de sua carreira diplomática um instrumento para a pesquisa da história pátria no exterior. Paralelo a isso, leria historiadores alemães e ingleses, cujo reflexo estaria no realce do político em detrimento do sócio-econômico em seus escritos. Para Iglésias, Rio Branco, no campo histórico, teve erudição e cultura sem par em seu tempo. Dessa forma, “Quando foi exercer o posto de Ministro (das Relações Exteriores), tinha o preparo ideal. Talvez nunca tenha passado pela vida pública alguém tão equipado para o cargo, tão superiormente exercido”, p.112. Sua atuação na vida diplomática demonstraria ao mesmo tempo um saber geográfico, histórico e jurídico. Deixaria vasta obra, lamentando Iglésias que nunca tivesse se debruçado para escrever uma história síntese do país.

Contemporâneo seu, Joaquim Nabuco (1849-1910), também membro de família ilustre do Império, à qual dedicaria obra clássica – *Um estadista do Império* - , seria político e diplomata, além de historiador memorável com a citada obra sendo a principal, “(...) pela amplitude da base documental, pelos quadros de políticos e situações, pela acuidade das análises psicológicas e sociológicas, pela profundidade de interpretações, pela estrutura severa e linguagem perfeita (...) pode-se dizer que este é um livro sem igual na bibliografia brasileira”, p.130.

Pernambucano como o anterior, Oliveira Lima (1865-1928) também deixaria farta obra, fruto de estudos e pesquisa devotados. Legaria à Universidade Católica de Washington, onde lecionou, mais de 30 mil volumes. Como Rio Branco, aproveitaria os interstícios do labor funcional para entregar-se às leituras e pesquisas nos arquivos estrangeiros. Segundo o autor, a obra de Oliveira Lima seria a superação da crônica ou da erudição pura, apesar de Capistrano de Abreu considerá-la superficial.

Pandiá Calógeras (1870-1934), político e diplomata, legou obra variada, sendo a mais interessante na abordagem adotada aqui *A política exterior do Império*. Como parlamentar, notabilizar-se-ia pela acuidade na discussão dos assuntos de política externa. Era bastante exato nas informações discutidas, sendo referência destacada.

O terceiro período, com a criação de faculdades e departamentos ligados às ciências sociais, desfrutaria de ampliada variedade de autores e temas que, influenciados pela interdisciplinaridade francesa dos *Annales*, proporcionariam maturidade sem precedentes nos estudos históricos de até então.

Sobressair-se-ia, então, Caio Prado Júnior (1907-90), que buscou estudar o país do ponto de vista político-econômico, inserido em panorama maior, influenciado pelo marxismo. Para Iglésias, um dos motivos da densidade dos seus escritos seria exatamente o uso da interdisciplinaridade. *Formação do Brasil contemporâneo* inscrever-se-ia como uma das obras primas da historiografia do país, consoante o autor.

Sérgio Buarque de Holanda (1902-82) deixou vasta bibliografia, de insuperável estilo e erudição. Tal lhe valeria o encargo de coordenar, entre 1960 e 72, a *História geral da civilização brasileira*, inspirada em obra similar, de Maurice Crouzet sobre civilizações. Nela, o estudioso depara-se com textos de política externa. A coleção posteriormente seria organizada por Bóris Fausto, que lançaria uma história síntese do país, não contemplada por Iglésias. No entanto, o resultado seria irregular. Poder-se-ia citar Roberto Simonsen (1889-1948), cujos estudos resultaram na *História econômica do Brasil*, que iria apenas até o início do primeiro quartel do século XIX, infelizmente. José Honório Rodrigues (1913- 87) teria vasta influência nos estudos históricos de sua época, como historiador e servidor público, ao exercer a chefia do Arquivo Nacional, que seria por ele remodelado administrativamente. Deixaria várias obras ligadas à política externa, marcadas pela pesquisa de documentos.

Para o autor, destacar-se-iam

autores que não seriam historiadores de ofício, mas que produziram obras de teor histórico, no espírito libertador proporcionado pela história francesa, com destaque para Celso Furtado (1920-), que é um dos mais importantes economistas latino-americanos.
Da contribuição das universidades, citar-se-ia Fernando Novais, com *Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial*.

Por não querer torná-lo vultoso, o plano original do autor era constituir um panorama, mesmo assim limitado a obras gerais. Não tratou especificamente de temas. Todavia, bem escrita e desenvolta, constitui-se referência para estudiosos do campo da história. Serve de estímulo, inclusive, para que surjam obras historiográficas específicas. Em face do desenvolvimento do campo de relações internacionais e de política externa brasileira nos últimos anos, já era hora de vir à tona obra de tal vulto. Registre-se que, anos atrás, o diplomata Paulo Roberto de Almeida publicou artigo – Estudos de relações internacionais do Brasil: etapas da produção historiográfica do Brasil (1927-92) – na Revista Brasileira de Política Internacional, em 1993, v. 36, traçando interessante abordagem sobre o assunto.

O que é Via Mundi

O Boletim *Via Mundi* é uma publicação digital de periodicidade trimestral editada pelo Departamento de Relações Internacionais da Universidade de Brasília (REL-UnB) e veiculada exclusivamente em *RelNet* – Site Brasileiro de Referência em Relações Internacionais, iniciativa conjunta do REL-UnB e da Fundação Alexandre de Gusmão, vinculada ao Ministério das Relações Exteriores do Brasil (FUNAG-MRE), com o objetivo de congregar a comunidade brasileira de relações internacionais em torno da oferta pública e gratuita de serviços de informação e de pesquisa (disponível em http://www.relnet.com.br).

*O trato dos viventes. Formação do Brasil no Atlântico Sul**

Ricardo Avelar de Souza**

De estilo vigoroso ao tempo que ágil, esta obra vem responder à lacuna existente nos estudos de história do Brasil dos séculos XVI e XVII, ao apresentar o tema da formação da nacionalidade brasileira inserido num âmbito rico em interações, o Atlântico sul.

A integração dos mundos, que bordeiam o Atlântico aqui documentada, desconstrói as idéias de vínculo exclusivo entre o Brasil-colônia e a metrópole e confere ao país uma dimensão internacional antes mesmo da sua formal assunção ao status de Estado independente, no século XIX:

> "A continuidade da história colonial não se confunde com a continuidade do território da colônia (...) Na verdade os condicionantes atlânticos, africanos – distintos dos vínculos europeus – só desaparecem do horizonte do país após o término do tráfico negreiro e a ruptura da matriz especial colonial, na 2ª. metade do século XIX. Tais condicionantes marcam a originalidade da formação histórica brasileira"[1] .

Farta pesquisa fundamenta as afirmações do autor, como se infere da observação das referências e notas. Ao longo dos sete capítulos do livro, mitos, como o do domínio colonial exclusivo ou o da unidade de vontades ou mesmo o do comércio triangular Lisboa-Luanda-Rio com centro único em Lisboa são derrubados um a um.

O presente trabalho assim deve ser considerado: um arauto desmistificador do lido e repetido desde os assentos escolares. Tabelas e apêndices contam entre os instrumentos empregados para ilustrar os pormenores do amplo dinamismo que caracterizou as relações ao sul do equador.

Esta é também a história da África portuguesa no período, revelando que a influência deu-se não só de lá para cá. *Ultra aequinoxialem non peccari*[2] - Não se peca ao sul do Equador. O viés econômico que permeia a história contada por Alencastro encontra cabida no objeto de seu estudo: a construção das civilizações brasílica e africana. Suas instituições, homens, as necessidades, as contingências, as interações e influências, a religião, as guerras, as políticas da Metrópole e as adaptações coloniais. Longe do revisionismo, mas perseguidor da verdade da formação do Brasil no Atlântico sul, o livro descreve um mundo diverso daquele europeu, de assimetria. Este consiste num mundo em movimento, convergente, maleável, ainda em busca da sua identidade. Ao estudar a dinâmica interação mantida com as colônias portuguesas do outro lado do Atlântico, o autor exerce uma poderosa contribuição para a inteligência da constituição da nacionalidade no Brasil. Outrossim, a compreensão das imagens recíprocas que lançam suas raízes nos remotos séculos tratados na obra.

Critica-se a escolha do autor em manter a linguagem própria da época, em várias passagens do texto, conferindo, dir-se-á, pompa e quebra à leitura. Contudo, conhecimento algum advém sem esforço e, em tempos de informação generalizada e diluída, onde a erudição permanece reduto de poucos, não resta outra alternativa que a de se buscar o melhor.

O Brasil se formou fora do Brasil. Eis a tese central deste livro. Para o autor, a colonização portuguesa, fundada no escravismo, deu lugar a um espaço econômico e social bipolar, ao englobar uma zona de produção escravista situada no litoral da América do Sul e uma zona de reprodução de escravos, centrada em Angola. Saber como essas partes unidas pelo oceano se completaram num só sistema de exploração colonial cuja singularidade ainda marca profundamente o Brasil contemporâneo é o propósito da obra.

No capítulo primeiro, parte-se da lógica de que o comércio negreiro é o elemento essencial para a coesão coroa

* Resenha de ALENCASTRO, Luiz Felipe de. *O trato dos viventes. Formação do Brasil no Atlântico Sul*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. 525p. ISBN 85-359-0008-X..

** Bacharel em Relações Internacionais pela Universidade de Brasília – UnB – e mestrando em História das Relações Internacionais do Departamento de História da mesma instituição.

[1] ALENCASTRO, op. cit., p. 9.

[2] BUARQUE DE HOLANDA, Sérgio. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. p. 196.

portuguesa. Os motivos de sua adoção dos diferentes modelos políticos nos domínios ultramarinos assim como as dificuldades e os atores preponderantes do processo de colonização no 1º. século são aqui apresentados. É também aqui onde se assentam os condicionantes que balizam a originalidade da formação histórica brasileira. No segundo, "Os escravos da Guiné", são explicadas as origens e as vicissitudes, os processos de implementação, evolução, influência e declínio do trato negreiro, considerando seus pontos de partida e destino.

O próximo capítulo traz considerações sobre Lisboa, "a negra", os métodos e instituições de apresamento, além das implicações econômicas e sociais do trato negreiro para a capital do império lusitano. A construção da idéia de escravidão e cativeiro, nos séculos XVI e XVII, representa importante elemento para o entendimento da sociedade, do comércio e da guerra no Atlântico sul. Posteriormente, tratar-se-á da escravidão, desta vez a dos índios, "escravos da terra", mostrando a evolução do seu estatuto, as razões de sua perseguição, os "entraves estruturais no trato continental dos mesmos", o efeito devastador das doenças dos colonizadores nas comunidades indígenas e os processos sociológicos de desenraizamento dos cativos na África e na América. O papel dos médicos e o da reprodução dos escravos ganham também destaque.

No quinto é a vez da religião. O autor salienta os papéis desempenhados pela Igreja e seus religiosos nos processos de institucionalização colonial e no combate à escravização indígena, justificando, contudo, a negra. Nesse ensejo, o sexto capítulo trata das guerras travadas pelos mercados de escravos na Europa, além do surgimento de uma nova geografia sul-atlântica favorecida pela unificação da Espanha com Portugal entre 1580 e 1640. Procura-se explicar a presença batava no nordeste brasileiro, por suas motivações profundas, ao tempo que elucida as conseqüências dos embates originados no continente europeu, que ganhavam o mundo, expandindo-se pelas colônias. Assim, a guerra de Portugal contra a Holanda, que no Brasil teve seu desfecho em Guararapes, prosseguiu, com ativa participação de brasileiros, em Angola, onde também os holandeses haviam conquistado Luanda.

O penúltimo capítulo apresenta a idéia de que o Brasil tem continuidade fora das fronteiras americanas. Especificamente em Angola. Evidencia-se a existência de várias rotas de comércio vinculando a Metrópole às suas duas mais importantes colônias já no século XVII ao tempo que vinculando, estreitamente, essas duas colônias entre si por laços comerciais e humanos propiciados pelas contínuas entradas luso-brasílicas que percorrem o território africano no século XVII e consolidam, com a cooperação jesuítica, o domínio metropolitano português sobre aquelas paragens. A idéia-força é a de que "Angola alimenta o Brasil, que por sua vez, sustenta Portugal".

É na conclusão onde o autor, ao evidenciar as relações comerciais do mundo atlântico do século XVII, atesta a relação complementar entre as zonas brasileiras de produção escravista e as zonas angolanas de produção de escravos, conformando uma consistente economia bipolar. Essa "complementaridade sul-atlântica" afirma Alencastro baseava-se na articulação de modos de exploração distintos que engendravam relações de subordinação e de troca desigual entre as duas colônias: Angola e Brasil. Tal assimetria explicaria, também, as diferentes formas de inserção portuguesa na África e no Brasil.

Em suma, o livro apresenta-se como excelente guia para os desejosos de adentrar as pouco estudadas relações sul-atlânticas nos dois primeiros séculos da presença portuguesa nestas latitudes. "É o estudo da metade oculta da história do Brasil".

Como publicar Resenhas e Artigos de Resenhas em Via Mundi

Os arquivos com resenhas simples para o Boletim Via Mundi devem conter em torno de 75 linhas e os com artigos de resenhas devem conter até 180 linhas (ou 6 páginas) digitadas em Word 2000 (ou compatível), espaço 1,5, tipo 12. A identificação do livro deve conter o nome completo do autor, título e subtítulo, cidade da edição, editora, ano e número de páginas. As contribuições devem conter a vinculação institucional e a titulação do resenhista. Os arquivos devem ser enviados para editoria@relnet.com.br, indicando na linha Assunto "Contribuição para *Via Mundi*".

*Misión argentina en Chile (1970-1973). Los registros secretos de una difícil gestión diplomática**

Carlos Eduardo Vidigal**

"(...) ustedes sentirán los primeros dolores de cabeza, pero también nosotros precisaremos aspirinas". Com essas palavras, o Chefe do Estado Maior do Exército do Brasil, General Muricy, e o Chefe da Casa Militar da Presidência, General Figueiredo, expressaram, diante do Embaixador argentino no Brasil, General Osiris Guillermo Villegas, o sentimento das autoridades brasileiras em relação ao triunfo de Salvador Allende nas eleições chilenas de 1970. No Itamaraty, a vitória de Allende era vista como uma fonte de perturbações para todos os países do Cone Sul e funcionários consultados pela Embaixada argentina não ocultaram sua esperança em que se encontrasse uma solução antes do dia 24 de outubro, data em que se pronunciaria o Pleno do Parlamento do Chile em relação às eleições.

Essas e outras surpreendentes revelações podem ser encontradas no livro do jornalista argentino Juan Bautista Yofre, a respeito da missão diplomática argentina no Chile, durante o governo socialista de Salvador Allende. Yofre que, durante os seis primeiros anos do governo de Carlos Saúl Menem, trabalhou como Secretário do SIDE (Serviço de Informações do Estado) e ocupou o cargo de Embaixador no Panamá e depois em Portugal, no mesmo governo, produziu uma obra de fôlego, com base em uma ampla pesquisa documental.

Yofre optou por reconstruir a trajetória do governo de Salvador Allende com base na atuação Javier Teodoro Gallac, Embaixador da Argentina no Chile, durante aquele período. Analisando os bastidores da diplomacia de seu país e fazendo uso de outras fontes diplomáticas e jornalísticas, o autor demonstra como Gallac, um diplomata que iniciou sua carreira na época em que a Chancelaria de seu país era reconhecida por seu padrão de excelência, procurou aproximar os governos argentino e chileno e encontrar uma solução pacífica para os problemas de limites, notadamente a questão de Beagle. Uma solução que, obviamente, não foi alcançada.

Em outro assunto, o Chanceler argentino, De Pablo Pardo, chegou a propor uma mediação entre Chile e EUA, em uma fase na qual as relações entre aqueles países eram bastante difíceis. Essa mediação revelou-se impossível naquele momento. Gallac sabia que a Argentina não tinha condições de fazer aquela proposta, pois para os EUA, como disse Henry Kissinger, à época: " a Argentina e a América Latina não são importantes para os Estados Unidos".

O autor conseguiu captar, com grande maestria, a apreensão que tomou conta dos meios políticos chilenos à medida que o governo Allende avançava na realização de seu programa socializante. Tal apreensão, que também se fazia presente nos meios diplomáticos, beirava a histeria quando o governo chileno obtinha vitórias em seus contatos externos, como no caso do encontro Allende com o Presidente argentino, General Alejandro Agustín Lanusse. O encontro entre os dois revelava o caráter abrangente da política externa adotada por Lanussee a determinação em superar as "barreiras ideológicas".

A superação das "barreiras ideológicas", no entanto, tinha seus limites. Em 1973, não convinha ao governo argentino que a crise chilena se prolongasse. O Chile poderia se transformar em um "santuário" para a esquerda latino-americana. Porém, segundo Yofre, o governo argentino não participou ativamente da derrubada do governo Allende e foi passivo depois do dia 11 de setembro.

O Exército argentino, que acompanhou atentamente os acontecimentos da terça-feira 11, produziu, por meio da Chefatura de Inteligência, uma avaliação da situação chilena, especialmente no que se referia ao "marco externo". Explicava que as reações produzidas nas diversas nações eram muito variadas e citava exemplos: no Brasil, a tendência geral era de apoio ao golpe e de condenação ao governo

---

* Resenha YOFRE, Juan Bautista. *Misión argentina en Chile (1970-1973). Los registros secretos de una difícil gestión diplomática.* Santiago, Chile: Editorial Sudamericana Chilena, 2000, 472p. ISBN: 956 262 109 x.

** Mestre em História das Relações Internacionais pela Universidade de Brasília – UnB – e professor do Instituto de Educação Superior de Brasília – IESB.

deposto; no Peru, considerava-se que o fim do governo Allende poderia motivar complicações de ordem interna e externa; Em comum, pelo menos na maioria dos casos, a condenação ao governo Allende. Uma época na qual, segundo Gallac, " (...) no se consideraba en ese momento ninguna alternativa política que evitara la entronización definitiva del comunismo en esta parte del mundo. Sólo quedaba la acción militar".

Uma obra, enfim, que revela uma surpresa a cada capítulo e em muito se aproxima dos trabalhos acadêmicos da área de História das Relações Internacionais. Embora deixe a desejar em sua dimensão analítica, a investigação rigorosa e o amplo conhecimento da política argentina e chilena conferem ao livro um lugar seguro nos estudos das relações internacionais da América Latina.

Nota aos Autores de Livros e Editoras

O Boletim *Via Mundi* é alimentado pelas contribuições autônomas de professores, pesquisadores, estudantes de graduação e pós-graduação e profissionais ligados à área, que produzem resenhas e artigos de resenhas sobre os últimos livros publicados no Brasil e no exterior sobre assuntos de interesse para a área. Além disso, o Boletim *Via Mundi* conta com a colaboração permanente de um corpo de professores e estudantes de mestrado e doutorado dos Departamentos de Relações Internacionais e de História da Universidade de Brasília, que produzem constantemente resenhas sobre a produção bibliográfica recém-lançada no mercado editorial brasileiro. Se a sua editora deseja ver os lançamentos da área de relações internacionais e áreas conexas resenhados e divulgados em *Via Mundi*, envie pelo menos um exemplar para o seguinte endereço:

RelNet - Site Brasileiro de Referência em Relações Internacionais
Boletim *Via Mundi*
Departamento de Relações
Internacionais – Universidade de Brasília
Caixa Postal 04359
Brasília - DF – 70910-970
Brasil

*The Paradox of American Power**

Cristina Soreanu Pecequilo**

No final dos anos 1980 e início dos 1990, em meio a tendências preocupantes de declínio econômico, desgaste social e crescimento de adversários, um debate acirrado envolveu alguns dos principais acadêmicos e estrategistas americanos, ao investigar o futuro da hegemonia dos EUA. Tais acadêmicos se dividiram em duas correntes, declinistas e renovacionistas, destacando-se respectivamente como representantes das linhas Paul Kennedy e Joseph S. Nye Jr, somando-se Samuel Huntington. Enquanto os declinistas afirmaram a decadência da liderança e a sua substituição por um equilíbrio multipolar no curto prazo, os renovacionistas indicavam a existência de um processo real de desgaste, mas facilmente revertido por meio de políticas adequadas e do fim da complacência doméstica. Em especial, o livro de Nye Jr – *Bound to Lead- The changing Nature of American Power* – destacava a capacidade intrínseca americana de renovação, ao indicar seus problemas, formas de resolução e ameaças externas. A América, como indicava o título do texto, continuava destinada a liderar e seu poder se manteria por meio de uma revisão profunda de propósitos e interesses.

Quase uma década depois de *Bound to Lead* e contando com recentes passagens no governo Clinton, além de sua experiência acadêmica, e em meio a um novo debate sobre o futuro da hegemonia que, desta vez, opõe unilateralistas e multilateralistas, Nye Jr traz aos leitores uma nova reflexão. Em *The Paradox of American Power*, novamente Nye apresenta uma visão abrangente dos destinos da liderança em termos internacionais e domésticos que muitas vezes retoma colocações anteriores. Pode-se dividir o livro em três partes: uma descrição do cenário internacional atual e do lugar dos EUA, os aspectos domésticos e a reavaliação do interesse nacional.

Composta de três capítulos, a primeira parte descreve o sistema no qual os EUA devem atuar, avaliando sua posição e recursos de poder. Nye parte da constatação real que hoje os EUA são, de fato, a única superpotência restante, combinando uma quantidade e variedade considerável de recursos de poder *hard* e *soft*. Não somente a preponderância militar é elevada, como também seu poder institucional, ideológico e cultural, fornecendo à hegemonia uma base sólida e diversa para projeção de poder. Tal situação é descrita no capítulo 1 – O Colosso Americano – que apresenta a posição e situação americana e a de seus possíveis desafiadores: China, Japão, Rússia, Índia e Europa. Dentre estes, a Europa integrada e unificada econômica, política e economicamente é percebida como a mais perigosa, ainda que seus valores a aproximem dos americanos. Quanto aos demais, existem inúmeros problemas econômicos, militares e sociais que impedem sua ascensão como rivais imediatos. Deve-se destacar que embora a ênfase no *soft power* e na globalização e na revolução das informações esteja presente trazendo discussões atuais, este capítulo é o que se liga mais diretamente a *Bound to Lead*, possuindo a sua mesma estrutura e construção de análise.

Continuando sua descrição do sistema, nos capítulos 2 e 3 – A Revolução da Informação e Globalização –, Nye sistematiza tendências associadas ao *soft power*. Os maiores desafios aos americanos não residem em adversários, mas em sua capacidade de comandar e administrar os fluxos da Terceira Revolução Industrial sustentada na ciência e na tecnologia. Apesar de reconhecer o peso considerável do país no encaminhamento e formatação deste processo em suas mais variadas dimensões (culturais, econômicas, políticas e militares), Nye refuta a premissa de que a globalização seja apenas a americanização do mundo, lembrando que a possibilidade de controle destes fluxos não elimina seus efeitos diretos e indiretos sobre os EUA, podendo gerar situações de repúdio e conflito.

No que se refere à revolução nas informações, Nye afirma que ela altera profundamente o contexto no qual os

* Resenha de NYE JR, Joseph S. *The Paradox of American Power: why the world's only superpower can't go it alone.* NY: Oxford University, 2002, 240p. ISBN 0-19-515088-0.

** Doutora em Ciência Política pela Universidade de São Paulo – USP – e professora do Centro Universitário Ibero-Americano – UNIBERO.

Estados deveriam elaborar sua política externa, aumentando as dificuldades para o controle e administração do ambiente internacional. Observa-se um declínio dos instrumentos tradicionais de comando associados ao sistema westfaliano e uma promessa de maior descentralização e democratização da decisão e da formulação de políticas pelo incremento da participação de agentes não estatais. Para ele, embora seja cedo para se falar no desaparecimento do Estado-Nação que, em sua visão, ainda é a plataforma de lançamento das instituições da possível nova governança global, já se presencia um incremento nas atividades de atores extra estatais. À medida que se desenvolvam estes níveis decisórios, haverá uma transferência de lealdades e competências, difundindo o poder, gerando algo similar a um novo tipo de Idade Média. Por fim, sugere-se que as novas batalhas desta transição referem-se ao como coletar e disseminar as informações com mais baixo custo e maior velocidade, mantendo a capacidade de criar tecnologias e implementá-las. Igualmente, Nye lembra que o acúmulo das informações não significa a sua compreensão e nem a sua utilização, utilizando o termo "paradoxo da plenitude": não bastará apenas ter a informação ou ser capaz de absorvê-la, sendo fundamental a capacidade de compreendê-la e convertê-la em poder.

Em termos de globalização, além das discussões mencionadas, ressalte-se que nem todas as nações estão incluídas no processo da mesma forma e velocidade. Apesar do discurso ideológico que trouxe embutido na globalização a promessa da prosperidade, disseminada nos anos 1990, inclusive (e principalmente), por estudiosos americanos, Nye indica que este processo não elimina diferenças ou implica imediata modernização ou democratização. Todavia, os movimentos anti-globalização surgidos a partir de 1999, que teriam como plataforma uma disseminação mais justa e solidária destas tendências, são classificados de elitistas e atrasados. Tais movimentos não defenderiam ajustes necessários, mas apenas retrocessos para manter privilégios que podem ser perdidos com a presente evolução.

Diante deste quadro, mudanças serão inevitáveis e os EUA precisarão ajustar-se a elas e, de preferência, comandá-las. Como os americanos deverão desempenhar este papel, suas possibilidades, constrangimentos e prioridades são objeto das partes seguintes. Nestas, Nye examina duas dimensões que serão essenciais para definir estes parâmetros e prever o sucesso e/ou fracasso: o *front* doméstico e a agenda internacional. Começando pela questão interna, Nye constrói todo o capítulo seguinte dialogando com argumentos que associam a incapacidade americana de manter sua hegemonia a uma decadência social, moral, cultural, racial e religiosa generalizada. Tal decadência é demonstrada no aprofundamento das fissuras entre os grupos de interesse domésticos e no crescente nível de confronto entre estes grupos dentro e fora da política, criando movimentos radicais e violentos. Como Roma, o Império cairia por causa de seus bárbaros.

Contudo, segundo Nye, estas são visões que exageram os aspectos negativos da diversidade e da multiculturalidade que sempre foram responsáveis pela força americana. Embora não negue a existência de posições ideológicas diferenciadas (aborto, direitos civis e imigração estão entre os temas), o autor não as percebe como fatores que minem a integridade nacional (intacta, como teria comprovado a união patriótica no pós-11 de setembro). Avaliando estas fontes de tensão, afirma que o sistema institucional e legal possui falhas, mas que tem se mostrado capaz de reformar-se. Como prova desta integridade, Nye retoma as eleições presidenciais de 2000. Se para o mundo elas passaram à história como um fiasco, internamente provaram que as instituições mantiveram-se e sustentaram a democracia. Além disso, economicamente os EUA continuam preservando bons níveis de produtividade, um equilíbrio entre poupança e investimento e disposição em corrigir as falhas de seus sistemas educacional e na distribuição de renda.

Tudo estaria correndo tão bem que o maior problema da política externa seria convencer a população de sua importância, quebrando um crescente padrão de indiferença. A despeito do elevado apoio ao engajamento, a opinião pública não percebe com clareza a ligação entre objetivos domésticos e externos. Na ausência da Guerra Fria, existe uma sobreposição destes objetivos que pode levar a uma confusão na definição de prioridades. Tal confusão estaria relacionada duplamente ao caráter que estas prioridades têm, interno ou externo, e também a um crescente sentimento de arrogância com relação à capacidade americana de resolver sozinho seus problemas. Paradoxalmente, esta excessiva auto-confiança é abalada pela percepção do avanço acelerado da globalização, gerando visões paroquiais

e protecionistas. Frente a este contexto, o maior desafio é redefinir o interesse nacional.

Nye alerta para o fato de que a grande margem de escolha e ação que os EUA detém não necessariamente garante que todos se conformarão a suas opções ou que os americanos poderão impô-las sem consequências ou quando bem o desejarem. A proeminência militar não deve ser entendida como o melhor instrumento para fazer valer seus interesses, podendo, no longo prazo, prejudicar o exercício do *soft power*. Segundo Nye, as discussões sobre a postura externa dos EUA possuem dois eixos, isolacionismo e internacionalismo e, dentro do internacionalismo, multilateralismo e unilateralismo. Apesar do isolacionismo estar presente em alguns círculos (e influenciar a corrente unilateral no que se refere à preservação de uma margem de manobra ilimitada e da soberania plena), o autor considera que a opção real dos EUA hoje envolve apenas a clivagem uni ou multilateral. Como um interessante exemplo, Nye aponta que mesmo dentro do governo americano este debate é constante entre Executivo e Legislativo, citando episódios do governo Clinton: enquanto a Presidência mostrava-se favorável a tratados como Kyoto e o CTBT, o Legislativo os via como prejudiciais. Por sua vez, a inclinação do governo Bush sugere um padrão unilateral.

Iniciando suas avaliações sobre qual seria a escolha mais adequada, Nye classifica o que é, em termos gerais, o interesse nacional: uma compreensão abrangente das prioridades domésticas e externas do país, baseada em valores e interesses. Adicionalmente, ele envolve não somente os objetivos americanos, mas os de seus parceiros e componentes do sistema, surgindo um debate democrático. O ideal seria o multilateralismo, preservando a cooperação como forma de exercício *soft* da hegemonia. Porém, nem sempre isto será possível devido aos riscos envolvidos, optando-se pelo unilateralismo. É preciso existir um equilíbrio das táticas e a avaliação do contexto de sua aplicação. Para deixar mais claro qual é a forma de escolher, Nye ampara seus argumentos em discussões sobre a ação americana, sistematizando-as em várias *checklists*. Os pontos centrais delas serão apenas indicados, destacando os componentes do interesse nacional e os critérios de utilização das táticas uni ou multi.

Dentre os fundamentos do interesse nacional que formam a grande estratégia, duas dimensões destacam-se: a dos bens comuns globais e dos direitos humanos e democracia. Na primeira, são prioridades: a manutenção do equilíbrio de poder em regiões-chaves, a promoção de uma economia internacional aberta, a preservação dos bens comuns, a manutenção de regras e instituições globais, a ajuda ao desenvolvimento econômico e o papel de organizador de coalizões e mediador de disputas. Já, na segunda, além de discutir a importância destes valores, o autor indica que existirão diversas maneiras pelas quais os americanos poderão agir para implementá-los, com ajuda ou intervenções, orientados pela prudência. Sobre estas avaliações, mencionam-se grau e tipo de intervenção; se a causa é justa e se existe possibilidade de sucesso; o conteúdo e papel dos interesses humanitários a outros; a prioridade para atores regionais; a clareza sobre o genocídio e as guerras de autodeterminação.

Estabelecidos estes critérios, as táticas serão definidas a partir de considerações que envolvam avaliações sobre os interesses vitais americanos, os efeitos das ações militares e paz, o papel da liderança e os bens globais, a consistência da ação com os valores americanos, a possibilidade ou não da cooperação, a divisão de ônus e os efeitos sobre o *soft power*. Caso a escolha seja pelo multilateralismo, os EUA deverão investir em mais instituições internacionais, incentivando maior transparência e democratização dos processos, protegendo seus interesses domésticos e ampliando a *accountability* de todos os setores públicos e privados, sejam eles locais ou globais. Como citado, é preciso que os EUA combinem as dimensões de seu poder, antecipando-se e gerando a mudança.

Mais uma vez, o destino dos EUA está em suas próprias mãos e somente a arrogância e a incompreensão desta nova situação poderia levá-los ao declínio. O paradoxo do poder americano é que hoje sua extensão é tão significativa que a tentação de usá-lo sozinho é enorme, podendo levar ao desgaste e confrontação. Segundo Nye, antes de mais nada, o episódio do 11 de setembro de 2001 foi um aviso sobre esta situação e a vulnerabilidade da superpotência, ainda que hoje ela viva seu auge. Desconsiderá-lo ou, simplesmente, encará-lo com medo e pela força pode significar que, daqui a alguns anos, avaliar-se-á o setembro de 2001 como o início do fim do Império Americano. E, do alto e de dentro deste Império, Nye, em *The Paradox of American Power*, apresenta uma relevante e completa análise sobre este dilema, com uma importante reflexão sobre o atual cenário e os rumos da hegemonia americana.

*Vagão descarrilhado: o Brasil e o futuro da economia global**

Carlos Eduardo Vidigal**

Reinaldo Gonçalves, professor de economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro e ganhador do prêmio Jabuti, em 2001, na área de Economia, Direito e Administração, tornou-se, nos últimos anos, um dos analistas mais respeitados do país e um dos maiores críticos da política econômica brasileira. Respeito, nesse caso, está longe de significar unanimidade, pois suas observações, apresentadas de forma contundente, podem despertar tanto a admiração quanto a desconfiança.

Depois de ter criticado a ação do governo e da diplomacia brasileira na condução dos negócios externos do país (*O Brasil e o comércio internacional: transformações e perspectivas.* São Paulo: Contexto, 2000.), ao brindar o Ministério das Relações Exteriores com expressões como "burocracia encapsulada" e acusando-o de deter o "quase-monopólio da informação", volta agora suas baterias para o capitalismo global e para a política econômica do governo Fernando Henrique Cardoso. As duas principais questões que permeiam os sete capítulos do livro são: 1) onde vai o capitalismo global?; 2) qual o futuro do atual modelo de capitalismo no Brasil?

O enfoque do autor é o da economia política internacional, na linha que identifica a incerteza e a instabilidade como traços seculares do sistema capitalista, incluindo o atual estágio da economia dos Estados Unidos. A dinâmica econômica internacional e sua instabilidade sistêmica teriam como principais elementos o papel-chave da economia dos Estados Unidos; a globalização e a crescente relação entre o lado real e o lado financeiro nas principais economias do mundo. O segundo ponto, a globalização, é definido como a resultante de três processos fundamentais: o crescimento dos fluxos internacionais de bens, serviços e capitais, o acirramento da concorrência internacional e a crescente integração das economias nacionais.

Como o Brasil se insere nesse contexto? Seria um país marcado por políticas e estratégias de inserção internacional passivas, principalmente depois de 1995, quando se aprofundaram as políticas de abertura econômica nas esferas produtiva, tecnológica, comercial, monetária e financeira. Tal processo teria colocado o país em uma trajetória de instabilidade e de crise. As idéias sobre o presente e o futuro da economia brasileira não são, no entanto, um exercício de imaginação, mas o resultado de uma análise cuidadosa, sintetizadas de forma muito clara.

Com a intenção de brindar o leitor, logo na introdução, com uma síntese de suas idéias, Gonçalves facilitou o trabalho do leitor. São dez as teses principais do livro, aqui resumidas:

1. A economia norte-americana pode estar entrando no século XXI como uma locomotiva enferrujada;
2. A financeirização foi importante determinante do aumento do consumo privado nos Estados Unidos nos últimos anos, daí existir, segundo "inúmeros analistas", um "cheiro de anos 30 no ar";
3. As saídas para a crise do capitalismo global são limitadas no contexto em que a financeirização aumenta a instabilidade sistêmica;
4. O capitalismo global e o norte-americano estão em uma encruzilhada, de tal forma que suas trajetórias no século XXI deverão ser, pelo menos, difíceis;
5. A incapacidade de absorver trabalho na mesma magnitude em que o rejeita é uma das características estruturais do capitalismo global;
6. No casamento da globalização com o neoliberalismo, parte substantiva dos problemas

* Resenha de GONÇALVES, Reinaldo. *Vagão descarrilhado: o Brasil e o futuro da economia global.* Rio de Janeiro: Record, 2002. 236p. ISBN: 85 01 06235 9.

** Mestre em História das Relações Internacionais pela Universidade de Brasília – UnB – e professor do Instituto de Educação Superior de Brasília – IESB.

deriva da política de liberalização;

7. A globalização reduz o grau de liberdades políticas e estratégias dos Estados Nacionais, mas cria oportunidades e desafios. Essa situação pode ser exemplificada, no primeiro caso, com o Brasil (inserção passiva) e no segundo com a China (inserção ativa);
8. O Brasil experimenta, de tempos em tempos, "miniciclos de otimismo", que não encontram um correspondente nas condições objetivas para a retomada do crescimento;
9. No início do século XXI, é evidente a crise do modelo econômico brasileiro, que sofre um processo de "africanização";
10. A trajetória de instabilidade e crise do Brasil e a falta de perspectivas têm originado diversas propostas de reforma do capitalismo brasileiro, mas essas reformas não enfrentam a principal causa da crise: a vulnerabilidade externa da economia brasileira.

As dez teses apresentadas pelo autor permitem criar uma interessante imagem da economia brasileira: a de um vagão descarrilhado. Um vagão que sofre o impacto da desestabilização macroeconômica, do desmonte do aparelho produtivo, do esgarçamento do tecido social, da deterioração política e institucional e da perda de governança. Enfim, um país muito distinto do apresentado pela grande imprensa ou pelas instâncias do poder. Alguns poderão discordar das idéias do autor, mas dificilmente poderão ignorá-las.

*O Longo Século XX: dinheiro, poder e as origens de nosso tempo**

Antônio Lassance de Albuquerque**

É possível dizer que se está assistindo a uma crise da hegemonia americana? Seria esta, mais do que uma crise sem precedentes, uma crise final? Se assim for, de que maneira ela se evidencia e quais pistas fornece sobre o que pode vir a sucedê-la? Tais são as perguntas que encerram o livro de Giovanni Arrighi.

Há, pelo menos, duas coisas extraordinárias no estudo de Arrighi. Primeiro, sua ousadia de ter lançado estas questões bem antes dos acontecimentos mais marcantes do cenário mundial atual, como os atentados de 11 de setembro de 2001; o lançamento do euro como moeda única do bloco de países da União Européia; a chegada de George W. Bush à presidência norte-americana e o acirramento crítico do conflito árabe-israelense. Em 1994, os EUA estavam prestes a viver seu período de maior expansão, o que é uma prova incontestável do fôlego das teses do autor para atravessar a conjuntura, diferenciando o essencial do eventual. Todavia, Arrighi considerava ainda muito cedo para se dizer se o capitalismo estaria à beira de um possível novo ciclo, liderado por outra potência territorialista que não os EUA – e mesmo hoje não há elementos para se discordar disto.

A segunda ousadia foi tentar resumir quatro séculos de trajetória do capitalismo em menos de 400 páginas. Ao buscar explicar o século XX, sabia ele que teria de voltar ao século XIX. A surpresa do próprio autor foi a necessidade de reconstituir a lógica desta trajetória percorrendo três outros séculos. O mais interessante é que isto não é feito em sentido linear, ou seja, de que um século viesse a explicar o posterior. Ao contrário, o raciocínio é muitas vezes o inverso. Um século, em grande medida, destrói o seguinte. Um agente territorialista hegemônico lidera um novo ciclo de acumulação e supera o agente anterior. As formas de produção, comercialização e acumulação não necessariamente herdam as antigas, mas em geral as revolucionam ou as jogam na lata do lixo.

A primeira ousadia – a de prefigurar algumas condições que poderiam sugerir quando o ciclo atual estaria sendo corroído e uma nova alternativa poderia estar em processo de gestação – recoloca as reflexões de Arrighi na ordem do dia para uma análise mais profunda do quadro mundial presente.

Conhecido até então como um marxista de estudos econômicos, na linha da chamada teoria da dependência, Arrighi consolida com este livro uma outra perspectiva. Desta vez, menos baseada na relação centro-periferia, embora esta noção permaneça e apareça. Mais atenta, agora, à idéia de trajetória histórica, com forte viés político. O protagonista do livro é o capitalismo, mas a personagem que rouba a cena é de fato o Estado. É ele que aparece como elemento crucial para definir o sucesso e o fracasso de processos capitalistas que se tornaram hegemônicos ou que não deram em nada. O Estado fez a diferença.

Arrighi desenvolve uma abordagem histórico-comparativa que parte do conceito de longa duração, do célebre historiador francês Fernand Braudel. Esta opção permitiu a devida abrangência e profundidade à sua síntese. A pretensão de resumir a longa duração do capitalismo se resolveu de modo claro, à medida que boa parte da explicação desta trajetória é remetida à obra monumental de Braudel -*A Civilização Material*. A tarefa que Arrighi assumiu explicitamente foi a de sintetizar o trabalho de Braudel, de tal maneira que extraísse resultados teóricos e comparativos. De modo complementar, são resgatados estudos já clássicos sobre a transição do feudalismo ao capitalismo, dos processos de acumulação de capital e do papel do Estado em ambos – feitos por autores como Perry Anderson, Charles Tilly, Karl Polanyi e Immanuel Wallerstein.

O Longo Século XX começa por afirmar que " (...) o capitalismo está

---

* Resenha de ARRIGHI, Giovanni. *O Longo Século XX: dinheiro, poder e as origens de nosso tempo*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Contraponto; São Paulo: UNESP, 1996. 393p. ISBN: 85 7139 108 4.

** Bacharel em História pela Universidade de Brasília – UnB – e mestrando em Ciência Política pela mesma instituição.

atravessando um momento decisivo, mas essa situação não é tão sem precedentes quanto poderia parecer à primeira vista", p.1. O sistema estaria transformando-se rumo à supremacia de formas cada vez mais flexíveis.

Este processo poderia ser representado em quatro ciclos de acumulação, cada qual representado por um agente: o genovês – que se valeu do auxílio da Espanha –, no século XVI; o holandês, no século XVII; o britânico, nos séculos XVIII e XIX; e o americano, no século XX. Cada ciclo é identificado pelo agente territorial que liderava o processo de acumulação, consolidando uma hegemonia. Aliás, Arrighi resgata o conceito de hegemonia para o âmbito das relações internacionais, associando-o às funções de domínio (aquele que se mostra mais forte), liderança (aquele que se mostra mais preparado para tomar iniciativas) e aliança (aquele que se mostra mais hábil em reunir apoio e firmar acordos duradouros).

Os diferentes agentes territorialistas tiveram em comum o fato de haverem construído condições nacionais e internacionais que desempenharam um papel crucial. Não apenas para que o capitalismo florescesse, mas para que ele se implantasse. Muito mais do que estar simplesmente a serviço de uma classe burguesa em ascensão, o Estado foi decisivo para que ela pudesse existir enquanto tal. O Estado não dava conta por completo de tarefas que demandavam a existência de um grupo capaz de realizá-las através de uma ampla rede de contatos comerciais e trocas cada vez mais intensas. Por sua vez, as vantagens obtidas por uma classe de comerciantes ou financistas com uma grande rede de comércio seriam facilmente minadas se não estivessem ao abrigo e sob a condução de um Estado forte e de boa capacidade bélica. Esta lógica continua evidente no mundo atual, se se verifica o papel desempenhado pelos EUA.

Outros dois pontos parecem ser recorrentes na trajetória capitalista, segundo Arrighi. Primeiro, de que acumulação e poder territorial, ao mesmo tempo em que estão intimamente associados, têm lógicas distintas. Os fatores que reforçam sua aliança são os mesmos que podem insuflar suas crises. Em segundo lugar, parece comum a todos os ciclos terem alcançado sua maturidade com uma fase de expansão financeira. O dinheiro, e não a indústria, indicaria a plenitude do processo de acumulação, mas também, geraria problemas de maior magnitude. A flexibilidade do capital em sua forma monetária tornaria possível fazer com que ele migrasse para um outro agente territorialista em expansão, mais flexível e seguro que o anterior, propiciando um novo ciclo.

Tais aspectos da longa duração do capitalismo informam a discussão que Arrighi faz em relação à Ásia, África e América Latina; às possibilidades da Europa e da China; aos limites do Japão e dos "tigres asiáticos" como um todo. Sobretudo, fica claro que uma coisa são as possibilidades que um país tem de crescer e acumular riquezas. Daí a desafiar a hegemonia americana, trata-se de algo completamente diferente.

Diante de um panorama tão amplo e complexo, o risco de levantar algumas previsões seria, em princípio, muito grande. Ao invés disto, Arrighi propõe grandes perguntas sobre a hegemonia americana, seus parceiros, seus aliados e seus possíveis rivais. O importante é que, a pretexto de situar estas perguntas, a obra firma referências obrigatórias para compreender o mundo em que se vive e a forma pela qual se é diariamente afetado pelos acontecimentos internacionais.

Sessenta lições dos anos noventa: Uma década de neoliberalismo*

Virgílio Caixeta Arraes**

O cientista político, José Luís Fiori, professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro, destaca-se há muitos anos pelos estudos dedicados à dinâmica do capitalismo e ao papel que o Brasil desempenha neste sistema. Ao lado de Emir Sader, Reinaldo Gonçalves, Francisco de Oliveira e Maria da Conceição Tavares, Fiori vem insurgindo-se, sistematicamente, contra o pensamento único que ganhou substância no planeta após a queda da União Soviética e do socialismo real na Europa Oriental na passagem dos anos 80 para os 90.

Sua atividade concretizou-se em uma série de livros, ao longo da última década, escritos individualmente ou organizados coletivamente, em que procurou analisar a conjuntura mundial, em sua dinâmica e conseqüências, e, por fim, a inserção (passiva) do Brasil em face disso tudo.

Diante do peso dos últimos acontecimentos, a partir dos anos 90, o Ocidente, em sua maior parte, passou a legitimar o modelo democrático liberal como o único viável do ponto de vista da governabilidade. Ao Terceiro Mundo, restou adequar-se por meio do estabelecimento de um arremedo desse modelo, que levou os países, principalmente da América Latina, a transformações sem par na sua história recente, com conseqüências funestas, que atingiram ainda mais os setores da sociedade já tradicionalmente desamparados.

Assim, adotou-se a democracia apenas (semi)formalmente, com o Executivo, na prática, impondo aos demais poderes boa parte de seus desígnios, ante a submissão resoluta demonstrada ou, em alguns casos, a pouca reação; na parte econômica, o liberalismo desenfreado que, em poucos anos, em nome da estabilidade, da eficiência e da maximização de recursos, desarticulou as estruturas produtivas e sociais constituídas ao longo de décadas, não se preocupando com os "perdedores", em retornando, desta maneira, ao pensamento darwinista social do século XIX. Chega-se, pois, ao final do século XX com esse modelo sendo liderado e conduzido pelos Estados Unidos, secundado pela União Européia e Japão - a Tríade.

Compreender o modo por que esse processo foi desencadeado e suas conseqüências para regiões ou países é a tarefa de que se incumbiu Fiori em sua obra, composta de 60 artigos escritos originalmente para o site www.agenciacartamaior.com.br e tratados de modo mais amplo em seu livro anterior - *O Brasil no espaço*. Vozes, 2001. Com prefácio do jurisconsulto Raimundo Faoro, da Academia Brasileira de Letras, que assinala: "O professor Fiori recuperou o trato literário da economia política, que se encontra nos grandes clássicos, inclusive nos clássicos brasileiros, como Celso Furtado. Haverá texto mais elegante, ainda nas passagens mais cruéis, do que *A riqueza das nações*, de Adam Smith?".

Com referências explícitas ao pensamento de Braudel, Arrighi e Wallerstein, o autor rastreia, de forma didática, as raízes do processo de reformulação capitalista que se delinearam entre o final dos anos 60 e o início dos anos 70, quando o choque do petróleo tornou premente a necessidade de mudança de rumo, em todas as vertentes, desde a ideológica até a tecnológica.

Graças a isso, o Ocidente, capitaneado pelos Estados Unidos, consegue superar o seu oponente, derrotando-o inclusive sem a necessidade de guerra, diferentemente de confrontos anteriores. Em face da vitória acachapante, uma sensação de euforia permeou a academia e os governos que, amplificados pelos meios de comunicação, passaram o sentimento de que não havia alternativas ao modelo vitorioso. O único possível era o estabelecido no Consenso de Washington, adotado sem restrições na América Latina, cujas conseqüências foram dolorosas, à

---

* Resenha do livro de FIORI, José Luís. *60 lições dos 90. Uma década de neoliberalismo*. Rio de Janeiro: Record, 2001. 236p. ISBN: 85 01 062197.

** Professor do Departamento de Relações Internacionais da Universidade de Brasília – UnB – e doutorando em História das Relações Internacionais do Departamento de História da mesma instituição.

medida que impunha o sacrifício do modelo anterior, o nacional-desenvolvimentismo, que, embora concentrador e autoritário em suas formulações e execuções, permitira um certo grau de crescimento industrial.

Cerca de dez anos depois, a euforia, na parte ocidental, cessou porque os resultados calamitosos não permitem mais celebrações e espraiam-se em todos os países, inclusive na Tríade, sendo considerados aceitáveis ou toleráveis a convivência com o desemprego, agora estrutural, exclusão tecnológica, desigualdade de renda, concentração da propriedade rural, entre outros.

Fiori, em face do quadro desalentador, procura mostrar que os impactos foram e são desiguais, demonstrando que a adoção sem restrições do modelo liberal, principalmente na América Latina, foi conveniente às oligarquias, que, no processo de desintegração do Estado, por meio da venda das estatais e da concessão de serviços públicos, se beneficiaram. Desta forma, a relação patrimonialista tão presente na história da maior parte dos países de 3º Mundo não desaparece; ganha apenas outra forma, à primeira vista, mais técnica, sendo, por isso mesmo, mais sinuosa.

Boletim de Análise do Estado da Arte em Relações Internacionais
Publicação digital trimestral do Departamento de Relações Internacionais da Universidade de Brasília – Nos 7-8 – Jan-Jun – 2002 – ISSN 1518-1227

Publicação digital de periodicidade trimestral do Departamento de Relações Internacionais da Universidade de Brasília, distribuída exclusivamente em *RelNet* - Site Brasileiro de Referência em Relações Internacionais (http://www.relnet.com.br).

Redação: editoria@relnet.com.br